



Sindicato dos Municipários de Porto Alegre

Rua João Alfredo, 61 – Porto Alegre/RS Fone 3228.2325
e-mail: simpa@simpa.org.br - site: www.simpa.org.br

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES 2019

DEFESA DO SERVIDOR E DO SERVIÇO PÚBLICO

SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE, NÃO À PRIVATIZAÇÃO

E AMPLIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

EIXO I - Valorização do servidor e do serviço público, garantia dos direitos trabalhistas e saúde do trabalhador

PAUTA GERAL

1. Reajuste pelo IPCA integral - Cumprimento da legislação que garante a reposição da inflação, período maio de 2016 a abril 2019 (12,61%).
2. Pagamento e reconhecimento das perdas históricas – 8,85%.
3. Atualização da concessão e pagamento das progressões com aprovação de 50% dos servidores habilitados.
 - 3.1. Pagamento imediato das progressões 2012/2014 e abertura do processo de habilitação da progressão 2014/2016.
4. Reajuste do vale alimentação para R\$ 27,00, conforme preço médio da refeição na capital.
5. Pagamento integral dos salários até o último dia útil do mês, conforme LOM.
6. Concessão isonômica pelo teto de gratificações entre todos os departamentos, secretarias e fundação. Isonomia, CF art. 5º e 7º, inc. XXX.
7. Critérios isonômicos para concessão de Horas extras/banco de horas e compensação da carga horária.
8. Garantir o cumprimento da legislação normativa que cria, orienta e regulamenta a Comissão de Segurança e Saúde do Trabalhador (CSST) no âmbito dos serviços municipais de Porto Alegre, assegurando a autonomia das ações de cada CSST.
9. Revogação da retirada de regimes RTIs, RDEs, RST e RCT.
10. Formação periódica dos servidores.
11. Retorno imediato da Guarda Municipal aos equipamentos municipais como escolas, postos de saúde, etc., como forma de garantia da segurança preventiva aos trabalhadores e trabalhadoras municipais.



Sindicato dos Municipários de Porto Alegre

Rua João Alfredo, 61 – Porto Alegre/RS Fone 3228.2325
e-mail: simpa@simpa.org.br - site: www.simpa.org.br

12. Fim das parcerias público privadas na gestão e formulações de políticas educacionais, bem como o fim da avaliação externa da rede municipal.

13. Nomeação urgente de novos assistentes administrativos aprovados no último concurso (válido até 29/06/2020).

14. Recomposição do quadro técnico das equipes em função da nova estrutura, exonerações e aposentadorias.

SAÚDE

1. Ampliação do aporte financeiro estendendo subsídio do plano de saúde aos aposentados e dependentes.

2. Subsídio de 100% para padrões iniciais.

3. Abrangência nacional.

4. Reajuste do subsídio.

5. Inclusão da assistência odontológica.

6. Reajuste do plano com o mesmo índice e data da data-base.

7. Disponibilização da vacina H1N1 para todos os servidores municipais.

8. Mesa de negociação permanente do SUS com o Secretário Municipal de Saúde.

9. Reestruturação dos serviços de apoio à saúde do trabalhador como o SESMT, etc.

10. Cumprimento e aplicação das diretrizes do SUS, no âmbito do município de Porto Alegre e das diretrizes da Constituição Federal no que se refere à Saúde Pública.

11. Não privatização da Saúde Pública.

12. Descentralização da biometria por regiões.

EDUCAÇÃO

1. Descentralização do acesso à educação infantil para os filhos dos municipais ou pagamento de auxílio creche.

2. Retomar as condições da hora atividade, prevista na Lei do piso, incluindo a Educação Infantil e tratando de forma isonômica todos os profissionais da escola, independente da distribuição de sua jornada em uma ou mais escolas.

3. Revogação dos critérios para a concessão da HAFE/HADE, contemplando todas as atividades docentes.

4. Garantia da hora atividade, atendendo a legislação (Lei do Piso), em todas as etapas e modalidades.

5. Retorno imediato da reunião pedagógica, prevista semanalmente com 2h/semana considerada como dia letivo.



Sindicato dos Municipários de Porto Alegre

Rua João Alfredo, 61 – Porto Alegre/RS Fone 3228.2325
e-mail: simpa@simpa.org.br - site: www.simpa.org.br

SMAMS

1. Melhorar as condições de trabalho dos operários: fornecer EPIs e uniformes de trabalho; retomar a distribuição do lanche; melhoria e manutenção dos locais de trabalho.
2. Criação de grupo de trabalho para discussão e revisão do atual organograma e procedimentos administrativos da SMAMS.
3. Disponibilização de veículos, devidamente identificados e adesivados, para atividades em que não possam ser utilizados carros locados, como, por exemplo, resgate de fauna, controle de áreas de risco e unidades de conservação.
4. Aquisição e atualização de computadores, monitores, impressoras, scanners e softwares, para a adequada realização das atividades das equipes.
5. Investimentos em manutenção do prédio da SMAMS e demais prédios, prevendo levantamento das necessidades atuais.
6. Aperfeiçoamento dos sistemas de informação interno e externo (sistemas, site, entre outros)
7. Critérios isonômicos para pagamento de horas extras.

FASC

1. Retomada do GT de Reordenamento Interno da FASC.
2. Criação da coordenação de gestão do trabalho e mesa de negociação prevista no NOB/RHSUAS.
3. Criação de equipes de acompanhamento funcional interdisciplinar.
4. Criação da gratificação (GFASC) o que representa uma resposta econômica e de reconhecimento do governo, reduzindo o distanciamento salarial entre a FASC, menores salários do Município, e as demais secretarias.
5. Instituir a penosidade tendo em vista as dificuldades e peculiaridades do trabalho de Assistência Social.
6. Criar e instituir gratificação diferenciada pelo exercício em serviços assistenciais de difícil acesso e difícil provimento.
7. Constituição de Políticas de Segurança nos locais de trabalho da Assistência Social.
8. Instituir eleições para coordenadores de CRAS, CREAS e demais chefias.
9. Criação de Comissão paritária para Mobilidade do Trabalhador com critérios objetivos e transparência, garantindo aos trabalhadores da Fundação a participarem de processos internos de seleção.



Sindicato dos Municipários de Porto Alegre

Rua João Alfredo, 61 – Porto Alegre/RS Fone 3228.2325
e-mail: simpa@simpa.org.br - site: www.simpa.org.br

EIXO II - Defesa da carreira e da aposentadoria

1. Retirada de tramitação na Câmara de Vereadores dos projetos de lei que alteram a carreira dos servidores e implementam a privatização.
2. Revogação do Projeto de Lei Complementar do Executivo 02/19, que destrói a carreira dos servidores.
3. Revogação da legislação que cria o POAPREV e coloca em risco a aposentadoria dos servidores.

EIXO III - Defesa da liberdade de organização e da democracia

1. Reconhecimento das garantias constitucionais do direito de greve.
2. Ressarcimento dos valores descontados indevidamente.
3. Mesa de negociação para tratar das pautas apresentadas nesta data base.
4. Liberação do ponto para participação em assembleia geral e reuniões dos Cores.
5. Andamento do processo administrativo referente aos dois dias de greve geral realizada em 2017 (compensação educação).
6. Implementação de políticas permanentes e criação de espaços de discussão e capacitação no enfrentamento ao assédio moral, relações de gênero, raça/etnia, diversidade sexual e violência e opressão das mulheres.
7. Retorno dos trabalhadores e/ou trabalhadoras aos seus locais de trabalho e reversão dos prejuízos financeiros realizados por parte do governo municipal através de assédio moral e perseguições.
8. Garantia dos repasses das mensalidades dos associados ao SIMPA e demais associações, por desconto em folha.

EIXO IV - Garantia dos serviços públicos à população

1. Ingresso no serviço público somente através de concursos públicos, em todas as áreas necessárias, com nomeação imediata para o cumprimento dos serviços públicos prestados à população, de acordo com a Constituição.
2. Nomeações dos aprovados em concursos (FASC, Guarda Municipal, Assistentes Administrativos, Educadores Sociais, Monitores, Assistentes Sociais, Professores e Psicólogos).



Sindicato dos Municipários de Porto Alegre

Rua João Alfredo, 61 – Porto Alegre/RS Fone 3228.2325
e-mail: simpa@simpa.org.br - site: www.simpa.org.br

3. Fim das terceirizações, contratações temporárias, uso abusivo de estagiários e do número elevado de CCs.

EDUCAÇÃO

4. Manutenção de garantia das vagas de ensino médio e técnico e EJA disponibilizadas pelo município.

4.1. Pela manutenção da oferta pública de vagas nos cursos de ensino médio e técnico na EMEB Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha.

5. Realização de chamada pública para a EJA na cidade de Porto Alegre conforme prevê a Lei Federal 9394, art. 5º (LDBEN) e a Lei Municipal 11858/2015, que institui o Plano Municipal de Educação para o período 2015/2025.

6. Cumprimento das Resoluções 013/2013 e 015/2015 exaradas pelo CME/POA, que regulam, respectivamente, a educação inclusiva e a oferta da educação infantil na rede municipal de ensino.

7. Retomada dos projetos que garantem a permanência dos alunos por mais tempo na escola, conforme seus respectivos Projetos Político-pedagógicos.

8. Divulgação das vagas disponíveis na RME, garantindo processo transparente de lotação dos trabalhadores em educação do município.

9. Aquisição imediata do percentual previsto na legislação de produtos oriundos da agricultura familiar para a elaboração das refeições escolares, sob pena da desqualificação dos cardápios elaborados e do risco da perda do repasse federal para esse fim pelo descumprimento da normativa.

10. Retomada imediata das obras paradas e dar publicidade do calendário de execução para as comunidades.

11. Regularizar e atualizar os valores do repasse feito a cada escola através do PAR (Plano de Aplicação de Recursos), dando condições à gestão de cada escola de garantir o seu custeio e manutenção. Os valores não reajustados, bem como o desrespeito aos prazos dos repasses, comprometem a qualidade do atendimento aos alunos e as condições de trabalho dos profissionais da educação.